

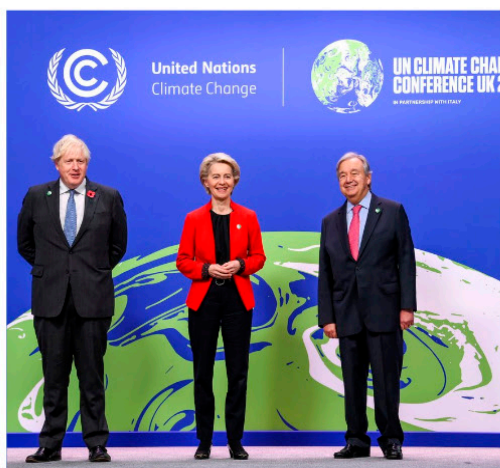
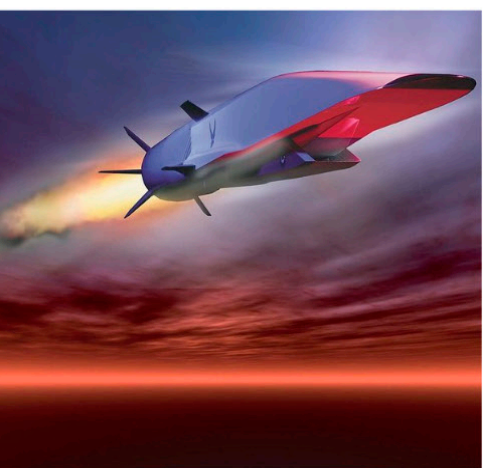
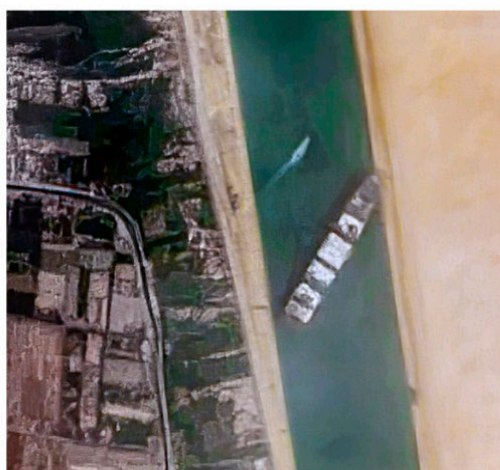
# BOLETIM

---

# GEOCORRENTE

ISSN 2446-7014

EDIÇÃO ESPECIAL: RESTROSPECTIVA 2021



# BOLETIM GEOCORRENTE

Esta edição especial do Boletim Geocorrente foi elaborada com intuito de apresentar 23 artigos, os dois melhores de cada região e de temas especiais, além do melhor artigo tratando sobre o Brasil, publicados pelo Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC) em 2021.

O Boletim Geocorrente é uma publicação quinzenal do NAC, vinculado à Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação (SPP) da Escola de Guerra Naval (EGN). O NAC acompanha a Conjuntura Internacional sob o olhar teórico da Geopolítica e da Oceanopolítica, a fim de fornecer mais uma alternativa para a demanda global de informação, tornando-a acessível e integrando a sociedade aos temas de segurança e defesa. Além disso, proporciona a difusão do conhecimento sobre crises e conflitos internacionais procurando corresponder às demandas do Estado-Maior da Armada.

O Boletim tem como finalidade a publicação de artigos compactos tratando de assuntos atuais de dez macrorregiões do globo, a saber: América do Sul; América do Norte e Central; África Subsaariana; Oriente Médio e Norte da África; Europa; Rússia e ex-URSS; Sul da Ásia; Leste Asiático; Sudeste Asiático e Oceania; Ártico e Antártica. Ademais, algumas edições contam com a seção “Temas Especiais”.

O grupo de pesquisa ligado ao Boletim conta com integrantes de diversas áreas do conhecimento, cuja pluralidade de formações e experiências proporcionam uma análise ampla da conjuntura e dos problemas correntes internacionais. Assim, procura-se identificar os elementos agravantes, motivadores e contribuintes para a escalada de conflitos e crises em andamento, bem como seus desdobramentos.

## NORMAS DE PUBLICAÇÃO

Para publicar nesse Boletim, faz-se necessário que o autor seja pesquisador do Grupo de Geopolítica Corrente, do NAC e submeta seu artigo contendo até 400 palavras ao processo avaliativo por pares.

Os textos contidos neste Boletim são de responsabilidade exclusiva dos autores, não retratando a opinião oficial da EGN ou da Marinha do Brasil.

A publicação integral de qualquer artigo deste Boletim somente poderá ser feita citando expressamente autor e fonte, e colocando o link de redirecionamento para o artigo original.

Capa: Retrospectiva 2021

Imagens: [Videoconferência da AUKUS](#); [Bloqueio do Canal de Suez](#); [Fim da participação brasileira no comando da UNIFIL](#); [Missil hipersônico X-51A](#); [COP26](#); [Tomada de Cabul pelo Talibã](#); [ZOPACAS](#); [Golpe de Estado em Mianmar](#); [Operação GUINEX 2021](#).

Fonte: Wikimedia Commons e Marinha do Brasil

## CORRESPONDÊNCIA

Escola de Guerra Naval – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação.  
Av. Pasteur, 480 - Praia Vermelha – Urca – CEP 22290-255 - Rio de Janeiro/  
RJ - Brasil  
TEL.: (21) 2546-9394 | E-mail: [geocorrentenac@gmail.com](mailto:geocorrentenac@gmail.com)

Esta e as demais edições do Boletim Geocorrente, em português e inglês, poderão ser encontrados na [home page da EGN](#) e em nossa [pasta do Google Drive](#).

## CONSELHO EDITORIAL

### DIRETOR DA EGN

Contra-Almirante João Alberto de Araujo Lampert

### SUPERINTENDENTE DE PESQUISA E PÓS GRADUAÇÃO DA EGN

Contra-Almirante (RM1) Marcio Magno de Farias Franco e Silva

### EDITOR CHEFE

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Leonardo F. de Mattos (EGN)

### EDITOR EXECUTIVO

Capitão-Tenente Bruno de Seixas Carvalho (University of Birmingham)

### EDITOR CIENTÍFICO

Capitão de Mar e Guerra (RM1) Francisco E. Alves de Almeida (EGN)

### EDITORES ADJUNTOS

Jéssica Germano de Lima Silva (EGN)

Noele de Freitas Peigo (Facamp)

Thayná Fernandes Alves Ribeiro (UFF)

### DIAGRAMAÇÃO E DESIGN GRÁFICO

Rafael Esteves Gomes (UFRJ)

### TRADUÇÃO E REVISÃO

Rodrigo Oliveira Dutra Marcílio (UFRJ)



# EQUIPE RESPONSÁVEL

---

## Analistas

PEDRO MENDES MARTINS (ECEME)  
PHILIPPE ALEXANDRE JUNQUEIRA (UERJ)  
THAYNÁ FERNANDES ALVES RIBEIRO (UFF)  
VICTOR EDUARDO KALIL GASPAR FILHO (EGN)

## Estagiários

IASMIN GABRIELE NASCIMENTO DOS SANTOS (UFRJ)  
ISADORA JACQUES DE JESUS (UFRJ)  
ISADORA NOVAES DOS SANTOS BOHRER (UFRJ)  
LUIZA GOMES GUITARRARI (UFRJ)  
RAFAEL ESTEVES GOMES (UFRJ)  
RAPHAELLA DA SILVA DIAS COSTA (UFRJ)  
RODRIGO OLIVEIRA DUTRA MARCÍLIO (UFRJ)  
VICTOR CABRAL RIBEIRO (PUC-Rio)  
VITÓRIA DE FRANÇA FERNANDES (UFRJ)



27 de outubro de 2021 - reunião de equipe nas dependências da Escola de Guerra Naval



NÚCLEO DE AVALIAÇÃO  
DA CONJUNTURA

# ÍNDICE

## AMÉRICA DO SUL

A responsabilidade marítima chilena .....	7
Crise hídrica no Paraguai .....	7

## AMÉRICA DO NORTE & CENTRAL

A disputa entre Estados Unidos e China pela América Central e o Caribe .....	8
O projeto de otimização da infraestrutura dos estaleiros públicos dos EUA .....	8

## ÁFRICA SUBSAARIANA

Deep Blue Project: o papel da Nigéria na segurança marítima do Golfo da Guiné .....	9
A africanização do conflito de Cabo Delgado .....	9

## EUROPA

O Mediterrâneo Oriental e o papel da Itália como distribuidora de gás natural na Europa .....	10
BALTOPS 2021: 50 anos do maior exercício da OTAN realizado no Mar Báltico .....	10

## ORIENTE MÉDIO & NORTE DA ÁFRICA

Saara Ocidental: uma das últimas colônias africanas .....	11
Tensões Israel-Irã: situação político-estratégica .....	11

## RÚSSIA & Ex-URSS

Nord Stream 2: oportunidade ou ameaça à segurança energética europeia .....	12
O impasse geopolítico e os empecilhos para entrada da Ucrânia na OTAN .....	12

## LESTE ASIÁTICO

O que falta para a Marinha da China ser capaz de projetar poder globalmente? .....	13
Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares .....	13

## SUL DA ÁSIA

Nova zona militar indiana no Índico: base nas ilhas Agalega .....	14
Os próximos passos da política externa estadunidense no Afeganistão .....	14

## SUDESTE ASIÁTICO & OCEANIA

O significado da renovação do Visiting Forces Agreement entre Filipinas e EUA .....	15
O AUKUS e a estratégia australiana para o Indo-Pacífico .....	15

## ÁRTICO & ANTÁRTICA

O quebra-gelo USCGC Healy e a investida dos EUA no Ártico .....	16
Investimentos russos na Antártica: reconstrução da estação Vostok como manutenção de status quo..	16

## TEMAS ESPECIAIS

Cabos submarinos no epicentro das disputas hegemônicas .....	17
Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021 .....	17

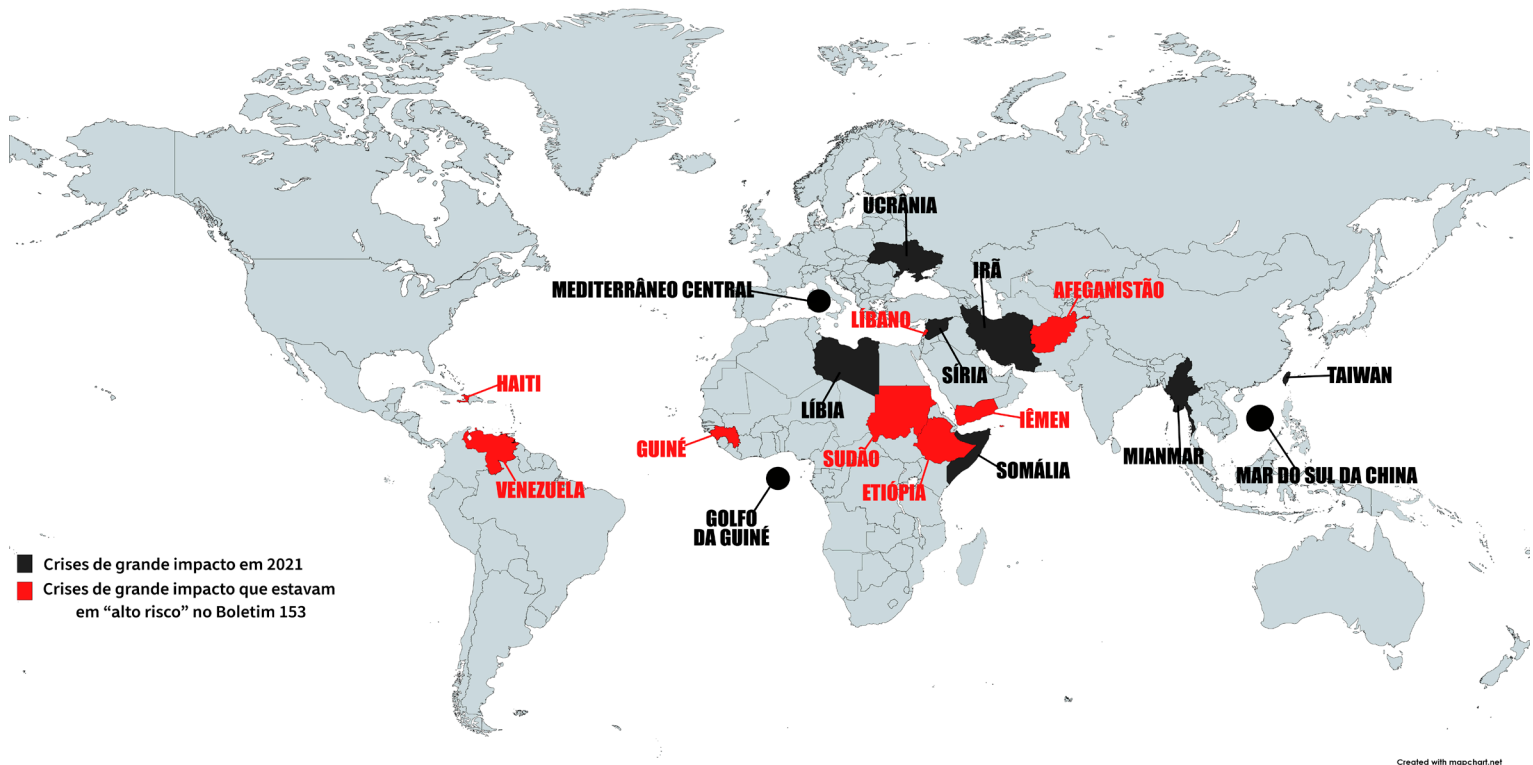
## BRASIL

NApAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura .....	18
---	----

# PRINCIPAIS RISCOS GLOBAIS 2021

desconsiderando a pandemia de COVID-19

Por: Isadora Novaes e Vitória França



■ Crises de grande impacto em 2021  
 ■ Crises de grande impacto que estavam em "alto risco" no Boletim 153

Created with mapchart.net

















## PAÍSES DE ALTO RISCO PARA FICAR DE OLHO EM 2022

	AFEGANISTÃO	Crise estrutural	A questão do Afeganistão perdura há, pelo menos, 20 anos. O ano de 2021 foi marcado pela retirada definitiva das forças de segurança dos EUA, sob a administração Biden, piorando a crise do país.
	ETIÓPIA	Conflito entre governo e forças insurgentes	O recuo das Forças Armadas Etiópicas da região do Tigray pode permitir que as tropas da Frente Popular de Libertação do Tigray cheguem até a capital da Etiópia, Addis Ababa.
	GUINÉ	Golpe de Estado	Após a ruptura da ordem constitucional na Guiné, a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental realizou uma cúpula para instalar um regime democrático no país.
	HAITI	Crise estrutural	O Presidente Jovenel Moïse sofreu um magnicídio, ainda não solucionado. A crise estrutural do país e os efeitos do terremoto em agosto levam à uma onda emigratória forçada de haitianos.
	IÊMEN	Guerra civil e crise humanitária	Diante de um conflito prolongado e escombros, a população iemenita passa por uma conjuntura sem precedentes. A economia do Iêmen implodiu e o país vive uma situação de precariedade.
	LIBANO	Crise estrutural	Crises política, econômica, energética e de desabastecimento marcam a atual situação do Líbano. Ademais, a participação do grupo extremista Hezbollah no país merece atenção.
	MIANMAR	Golpe de Estado	A tomada do poder por uma junta militar implicou em prisões e na falência da democracia, o que resultou em calotes e pressões externas contra o país.
	SUDÃO	Golpe de Estado	A sociedade civil sudanesa resiste ao controle militar, apoiando um governo civil no país. Os protestos são reprimidos violentamente.
	TAIWAN	Disputa externa	A ilha encontra-se entre a disputa China-Estados Unidos no Pacífico, o que definirá a sua plena independência.
	UCRÂNIA	Disputa externa	A situação de fragilidade econômica e social da Ucrânia é agravada pela disputa entre Rússia e União Europeia em torno do país, o que fragmenta a sociedade civil ucraniana.
	VENEZUELA	Crise estrutural	A crise estrutural e o autoritarismo do governo Maduro explicam a intensa onda migratória de venezuelanos fugindo do país.

# SAIBA QUAIS OS PRINCIPAIS PAÍSES QUE TERÃO ELEIÇÕES EM 2022

Por: Philippe Alexandre e Rafael Esteves



	LÍBIA	Eleições Legislativas		ALEMANHA	Eleições Legislativas
	PORTUGAL	Eleições Legislativas		FRANÇA	Eleições de Chefe de Estado (Abril) e Legislativas (Junho)
	COSTA RICA	Eleições Gerais		IRLANDA DO NORTE	Eleições de Chefe de Governo
	COLÔMBIA	Eleições Legislativas (Março) e de Chefe de Estado (Maio)		QUÊNIA	Eleições Gerais
	COREIA DO SUL	Eleições de Chefe de Estado		SUÉCIA	Eleições Gerais
	FILIPINAS	Eleições Gerais		ÁUSTRIA	Eleições de Chefe de Estado
	HONG KONG	Eleições Legislativas		BRASIL	Eleições Gerais
	LÍBANO	Eleições Gerais		ESTADOS UNIDOS	Eleições Legislativas

## A responsabilidade marítima chilena - Boletim 134

Carlos Silva Júnior

O Chile possui um vasto território marítimo. Estando entre as 15 maiores Zonas Econômicas Exclusivas (ZEE) do planeta, o país destaca-se com 42% da sua ZEE delimitada como Área de Proteção Marinha. Ademais, dispõe de uma preocupação histórica com a temática oceânica e um posicionamento privilegiado ao ser costeiro dos oceanos Pacífico e Antártico. Por isso, cabe analisar como o país responde à necessidade de vigilância do seu território marítimo de grande escala.

Recentemente, a DIRECTEMAR, instituição da Marinha chilena responsável por zelar pela proteção dos recursos naturais, da navegação e da vida humana no espaço marítimo, abriu um processo de *Request for Information* (RfI) para empresas nacionais e internacionais para o projeto Vigilum. Esse projeto prevê a implementação de um sistema de radares e drones, bem como a criação de uma infraestrutura de dados geoespaciais para melhorar o processo de vigilância, controle, alerta e resposta às ilicitudes, como pesca ilegal e narcotráfico, na área marítima chilena, cerca de 3,6 milhões de km<sup>2</sup>.

Ainda à espera da aprovação e financiamento do Ministério da Defesa, o Vigilum já estuda o uso de radares de ondas de superfície de alta frequência (SWHFR, sigla

em inglês), que possuem um alcance de até 200 milhas náuticas, em conjunto aos veículos aéreos não tripulados, dos tipos VTOL (decolagem e pouso vertical) e MALE (média altitude e largo alcance). Também, aparece como alternativa a iniciativa britânica *Satellite Enhanced Maritime Domain Awareness for Chile*, que foi elaborada em 2017, através do programa de cooperação da Agência Espacial do Reino Unido, mas não evoluiu pelo seu custo, e como um desdobramento do novo Sistema Nacional Satelital, anunciado em outubro de 2020, que criará uma rede de três satélites, sendo um deles construído no Chile.

Dessa forma, considerando o exposto e sua vocação marítima, baseada na sua geografia e construída ao longo dos seus interesses de soberania nacional e de inserção internacional, percebe-se a atenção chilena ao desenvolvimento polivalente e intersetorial das suas Forças Armadas, de pessoal e material da sua Marinha, e também alinhado ao desenvolvimento científico-tecnológico nacional. O país andino também deverá manter essa postura na sua nova constituinte, reforçando a consciência e responsabilidade marítimas no âmbito nacional, como suporte aos anseios internacionais.

## Crise hídrica no Paraguai - Boletim 150

Luciano Veneu

O Paraguai não possui acesso ao mar, sendo dependente de suas hidrovias e rodovias para escoar suas exportações e receber as importações. Como resultado dessa dependência, sua frota de embarcações fluviais é a terceira maior do mundo. Entretanto, o Rio Paraguai, principal do país, encontra-se em seca histórica, atingindo a marca de -75 centímetros abaixo de seu nível habitual no início de outubro de 2021, no Porto fluvial de Assunção. Dessa forma, como o nível das águas fluviais impacta em áreas estratégicas para o país e seus vizinhos?

Para o Paraguai, economicamente, o baixo nível da água representa um aumento no preço e no tempo do transporte de produtos, já que a carga total das embarcações teve de ser reduzida para 40% da capacidade total. Representantes do ramo logístico fluvial alertam que, em 2020, aproximadamente US\$ 300 milhões em trocas comerciais foram inviabilizados pela situação do rio e que, caso o Porto de Assunção se tornasse inutilizável nessa baixa, somar-se-iam mais US\$ 100 milhões em prejuízos. Ademais, as comunidades pesqueiras paraguaias também se encontram em iminência de insegurança alimentar, pois há menor quantidade de peixes no rio, o que fez necessário um auxílio financeiro governamental às famílias impactadas.

A curto prazo, a situação é também preocupante. De acordo com a agência estadunidense *National Oceanic and Atmospheric Administration* (NOAA), há 70% de

chances do fenômeno “La Niña” ocorrer entre outubro desse ano e fevereiro de 2022, aumentando a seca e diminuindo ainda mais o nível do rio. Previsões indicam que os países da Bacia do Prata serão ainda mais afetados (Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai) pela seca já em curso (Boletim 145). Ademais, a crise hídrica poderá transformar-se em energética, já que o baixo nível d’água registrado diminui a produtividade das usinas hidrelétricas, causando uma futura crise de abastecimento que pode refletir-se em indicadores econômicos, como a inflação.

Portanto, a baixa histórica do Rio Paraguai afeta setores estratégicos importantes para os países da região, como a produção energética, causando insegurança no abastecimento elétrico; a segurança alimentar, já que muitas populações dependem do rio para a pesca como fonte de renda e de alimento; e, principalmente, para o Paraguai na esfera econômica, impossibilitando a normalidade do transporte hidroviário, aumentando os prejuízos e, conseqüentemente, diminuindo o fluxo comercial da região. Logo, por ser um país sem costa, a inviabilidade da navegação fluvial paraguaia afetaria o Estado mais gravemente, se comparado com demais países da Bacia Platina. As conseqüências socioeconômicas advindas tendem a agravar as tensões, com impactos além da fronteira.

**A disputa entre Estados Unidos e China pela América Central e o Caribe - Boletim 131**

Com a *Belt and Road Initiative* chinesa, a América Central e o Caribe tornaram-se objetivos de conquista de influência pela China. Pequim tem ampliado sua balança comercial com a região, além de atrair os Estados para que integrem a iniciativa estratégica chinesa, seu projeto de investimento em infraestrutura e concretização de influência diplomática e econômica pelo mundo. Nos últimos anos, a movimentação chinesa tem alarmado os Estados Unidos, pela possibilidade de o país asiático desequilibrar sua balança de poder e esfera de influência em seu entorno geográfico direto. Ademais, a proximidade ideológica e comercial com Cuba e Venezuela permitiria que tais países proovessem apoio logístico no Mar do Caribe à Marinha chinesa em uma possibilidade de conflito armado, um risco a sua segurança. Sendo assim, como a expansão chinesa na região impacta a política externa dos EUA e se reflete no controle territorial?

A China possui relações consistentes com países que deixaram de reconhecer a soberania de Taiwan, ilha considerada pela China como "província rebelde", tais como Costa Rica, El Salvador, Panamá e República Dominicana. Para Pequim, esse posicionamento é positivo, pois enfraquece internacionalmente a combatida soberania taiwanesa, parcialmente sustentada por países caribenhos e centro-americanos. Posicionamentos da administração Trump de isolar-se em questões domésticas

**O projeto de otimização da infraestrutura dos estaleiros públicos dos EUA - Boletim 136**

Os estaleiros públicos dos Estados Unidos da América (EUA) estão em atividade há mais de um século. A indústria de construção e reparação naval nos EUA é robusta; entretanto, apenas quatro dos seus estaleiros são públicos — *Norfolk* (1767) na Virgínia, *Portsmouth* (1800) no Maine, *Puget Sound* (1891) em Washington, e Pearl Harbor (1908) no Havaí. Atualmente, eles são os responsáveis pela manutenção dos submarinos e porta-aviões do país, mas apresentam infraestrutura ultrapassada por terem sido construídos nos séculos passados. Nesse sentido, cabe analisar de que forma essa infraestrutura pode interferir na capacidade de atuação da Marinha estadunidense e as ações governamentais para tentar minimizar esse impacto.

Apesar da construção de diversas instalações públicas durante a Primeira e a Segunda Guerra Mundial, a partir da década de 1960, esses lugares foram sendo fechados pelo governo, com os remanescentes sendo definidos apenas para manutenção e reparos. O maior problema nessas estruturas é que o espaço construído não conseguiu evoluir junto com as embarcações. Por exemplo, os quatro estaleiros somados possuem 18 *Dry Docks*, mas nem todos comportam os ativos da força naval do país. Apenas duas docas conseguem atender aos porta-aviões classe Nimitz. Além desse problema estrutural, os estaleiros também enfrentam falta de mão-de-obra técnica

e afastar-se da América Latina, sua histórica zona de projeção de poder, favoreceram os movimentos chineses.

Pequim investe na região em infraestrutura portuária, rodovias, tecnologias de segurança, satélites de comunicação, cultura e saúde. Paulatinamente, apresenta-se aos países como um parceiro confiável, algo desafiador para uma região tão próxima aos interesses estadunidenses. A cogitada possibilidade de a China investir na implantação de corredores bioceânicos, como o Canal da Nicarágua ou o Canal Seco de Honduras preocupa os EUA, pois esses empreendimentos facilitariam o acesso aos oceanos Atlântico e Pacífico e poderiam controlar territórios estratégicos para o entorno securitário de Washington, passando a responder aos interesses extrativistas, comerciais e geopolíticos chineses.

Estados centro-americanos e caribenhos podem aceitar os investimentos chineses, visando a reestruturação regional após a crise econômica de 2020, agravada pelos desastres ambientais como reflexos das mudanças climáticas e pela pandemia. Caberá ao governo Biden decidir como irá reposicionar-se quanto à América Central e o Caribe para recuperar sua influência histórica, cada vez mais enfraquecida pelos interesses chineses.

capacitada, ocasionando atrasos nos projetos.

No final de 2017, o Senado solicitou à Marinha um relatório detalhado sobre as deficiências dessas instalações e soluções para evitar os diversos atrasos nos ciclos de manutenção das embarcações. Nesse sentido, em fevereiro de 2018, a Marinha finalizou o Plano de Otimização da Infraestrutura dos Estaleiros (SIOP, sigla em inglês), um projeto centralizado de 20 anos focado em aumento de eficiência. O programa é dividido em três áreas: modernização das *Dry Docks*, com um custo total estimado de US\$ 4,1 bilhões; reconfiguração das quatro instalações, estimado entre US\$ 11,5 e US\$ 14 bilhões; e melhorias de capital infraestrutural e humano, estimado em US\$ 4,5 bilhões.

Um dos destaques do projeto é o uso da “*Digital Twin Technology*”, com softwares de simulação e modelagem utilizados na reconfiguração dos estaleiros. A Marinha tem utilizado essa tecnologia para reproduzir a infraestrutura digitalmente, simulando configurações mais eficientes do espaço. Cada estaleiro terá uma reconfiguração única de acordo com suas funções e espaço disponível. Pensando na vida útil de suas embarcações, além das questões físicas, a Marinha também deve considerar investir na qualificação de mão-de-obra, além da possibilidade de dividir as funções de manutenção com estaleiros privados, no curto prazo.



**Deep Blue Project: o papel da Nigéria na segurança marítima do Golfo da Guiné - Boletim 144**

João Victor Marques Cardoso

A insegurança marítima no Golfo da Guiné (GoG) é um tema cada vez mais importante na agenda global. Isso porque os crimes marítimos se expandiram em número e sofisticação, para além da pirataria e do roubo armado na costa, tornando-se altamente recompensadores e de baixo risco. A gravidade dos impactos ao setor marítimo tem exigido respostas articuladas, muitas delas extrarregionais, pois os recursos e as habilidades regionais são limitados ([Boletim 134](#)). Assim, o desafio à soberania da Nigéria — relevante Poder Naval do GoG — e a importância do comércio marítimo de petróleo ao país pressionam medidas assertivas. Diante disso, questiona-se como a Nigéria tem enfrentado ou contribuído para a segurança marítima da região.

A Agência Nigeriana de Administração e Segurança Marítima (NIMASA, em inglês) — órgão vinculado ao Ministério dos Transportes — concluiu, em junho de 2021, o comissionamento do *Deep Blue Project*. Segundo o diretor-geral da NIMASA, Bashir Jamoh, o projeto foi desenhado para combater a insegurança marítima em terra, mar e ar, somando US\$ 195 milhões em três helicópteros para busca e salvamento, duas aeronaves para vigilância da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), quatro drones, dois navios de missão especial, 17 barcos de interceptação rápida e 16 veículos blindados para patrulha nas regiões litorâneas, além da atuação em

terra de 600 militares.

Talvez seja possível correlacionar o início da alocação desses ativos e a queda de incidentes na ZEE nigeriana, de quatorze para quatro, comparando-se o primeiro semestre de 2020 e de 2021, segundo o International Maritime Bureau. Com isso, o projeto foi bem recebido pelo setor privado, pois reduz a necessidade de escolta privada à indústria do petróleo e ao comércio marítimo, com custos entre US\$ 8 e 10 mil por dia. Também significa menos despesas ao governo, como a interrupção do contrato com a *Ocean Marine Solutions*, que permitia o aluguel de embarcações à Marinha da Nigéria para patrulhar a Secure Anchorage Area, no complexo portuário de Lagos.

O retorno positivo desses esforços não mitiga, entretanto, as causas estruturais da insegurança marítima, ligada, sobretudo, às mazelas socioeconômicas do Delta do Níger. Destaca-se também a falta de clareza nos mandatos da NIMASA e da Marinha, que se sobrepõem e competem entre si, dificultando o combate a outros crimes marítimos e o diálogo com demais agências responsáveis, como o *Federal Fisheries Department*. A falta de uma abordagem colaborativa interagências e de política pública para proteger comunidades costeiras fragiliza o trabalho das autoridades e não minimiza a vulnerabilidade das pessoas a redes criminosas, podendo, assim, reverter os ganhos pontuais verificados.

**A africanização do conflito de Cabo Delgado - Boletim 145**

Franco Alencastro

Desde seu início em 2017, o conflito de Cabo Delgado, opondo as Forças Armadas de Moçambique ao grupo de extremistas islâmicos *Ansar Al Sunna*, tem atraído o interesse e a participação de potências externas, enquanto o envolvimento de países da própria região tem sido mais tímido. Entretanto, esta situação parece estar se modificando, com o anúncio em 24 de julho de 2021 do envio de mil militares por Ruanda, para auxiliar as autoridades moçambicanas no combate aos extremistas. Ao mesmo tempo, o envolvimento de atores extrarregionais está longe de arrefecer, com o anúncio da cooperação por parte da União Europeia (UE) para treinar militares moçambicanos.

Desde 2005, Ruanda tem sido um participante ativo nas missões de paz multilaterais no continente africano, tendo hoje mais de cinco mil militares em cinco missões diferentes. É possível que o envolvimento de Ruanda signifique uma nova etapa para o país, passando do engajamento multilateral para o protagonismo unilateral.

O anúncio do envio das tropas de Ruanda não deixou de causar alguma controvérsia. Em maio, ao final da Cúpula da Comunidade de Desenvolvimento da África

Austral (SADC, sigla em inglês), os representantes do organismo, do qual Moçambique faz parte e Ruanda não, haviam anunciado o envio de três mil militares para o país. O anúncio da parceria com Ruanda gerou críticas da SADC, por se tratar de um país de fora do organismo enviando tropas para um país-membro sem a autorização do bloco.

Menos direta mas, ainda assim, significativa, é a iniciativa apresentada pela UE, que se dispôs a treinar tropas moçambicanas no combate aos extremistas. A iniciativa representa um sucesso da diplomacia portuguesa que, no comando da Presidência do Conselho da UE, entre janeiro e julho, influenciou o órgão a intervir de maneira mais ativa no conflito da antiga colônia portuguesa. Resta saber se o treinamento terá efeito suficiente no curto prazo, dada a rápida deterioração do conflito. De acordo com dados da própria UE, o período de maio a julho de 2021 foi o mais grave, com 700 mil deslocados internos em Moçambique. Além disso, o fim da presidência portuguesa na UE, em 30 de junho de 2021, pode representar o esvaziamento dessa iniciativa diplomática.

**O Mediterrâneo Oriental e o papel da Itália como distribuidora de gás natural na Europa - Boletim 139**

Marina Autran

A dependência do gás natural russo é um assunto delicado para quase todos os países europeus. Em fevereiro de 2012, por exemplo, durante um inverno rigoroso, a Rússia diminuiu repentinamente o volume de gás fornecido para a Itália, causando uma crise energética de diversos dias. Com os recentes desentendimentos entre a União Europeia e a Rússia devido à Ucrânia e às mudanças do mercado de gás natural, é importante entender o papel da Itália dentro da Europa para diversificação da oferta do recurso.

Atualmente, há uma tendência no cenário internacional de aumento da dependência da Rússia, em virtude da escassez de gás natural no Mar do Norte e diminuição da produção terrestre europeia. Assim, em 2020, foi fundado o *Eastern Mediterranean Gas Forum* (EMGF) ([Boletim 86](#)), organização intergovernamental constituída por Chipre, Itália, Egito, Grécia, Israel, Jordânia e Palestina, e que, em março de 2021, adicionou a França como membro e os Estados Unidos como país observador. A instituição visa aumentar a exportação da região e formular o consenso de quais gasodutos serão melhores para atender a Europa. Dentro desse contexto, a descoberta dos depósitos de hidrocarbonetos no Mediterrâneo Oriental deve impactar a relação europeia com os países da região.

A Itália já explora campos de gás no Mediterrâneo, como na região Zohr no Egito e no Norte da África, especialmente na Líbia. Além disso, o gás natural será o último combustível fóssil a ser substituído no projeto de transição energética italiano, ressaltando sua importância para o país. Em março de 2021, a joint-venture Itália-Grécia IGI Poseidon assinou um acordo de cooperação com a *Israel Natural Gas Lines Company* na construção de instalações para conectar Israel ao gasoduto *EastMed*, no Mediterrâneo. Após ser finalizado, transportará entre 9 a 12 bilhões de m<sup>3</sup> de gás natural por ano até a Grécia e depois para a Itália, estimando que contribuirá com 10% da necessidade europeia pelo recurso. A decisão final do investimento dos três países será feita em 2022 e o planejamento do gasoduto de aproximadamente US\$ 8,5 bilhões, é ser concluído em 2025.

Desde a crise de 2012, a Itália investe na diversificação da oferta de gás natural para si e à Europa. O país tem papel importante nas negociações da EMGF e na construção do gasoduto para distribuição desse recurso aos países europeus. As descobertas no Mediterrâneo Oriental podem ser essenciais para evitar o possível aumento de dependência da Rússia até o continente europeu completar a sua transição energética.

**BALTOPS 2021: 50 anos do maior exercício da OTAN realizado no Mar Báltico - Boletim 142**

Thais Dedeo

Desde a anexação da Crimeia em 2014, exercícios militares realizados na região báltica e no norte da Europa foram ampliados. Adicionalmente, a Cúpula da OTAN de junho deste ano reiterou ações agressivas russas como a principal ameaça aos aliados. Nesse sentido, entre os dias 6 e 18 de junho, ocorreu no Mar Báltico a 50ª edição do exercício multinacional anual, o BALTOPS 2021. Trata-se do maior exercício militar naval realizado pela OTAN com o intuito de aumentar a interoperabilidade entre aliados e parceiros. Qual a importância do BALTOPS para os aliados no contexto de aumento de tensões com a Rússia?

O exercício deste ano demonstrou a capacidade da OTAN de garantir a liberdade de navegação no estreito dinamarquês e desenvolver ação de defesa aeroespacial. O BALTOPS 50 reuniu ao todo 16 países aliados (Alemanha, Bélgica, Canadá, Dinamarca, Espanha, Estônia, Estados Unidos, França, Itália, Letônia, Lituânia, Holanda, Noruega, Polônia, Turquia e Reino Unido) e duas nações parceiras, Suécia e Finlândia. Ao todo o exercício compunha 40 navios, 60 aeronaves e 4.000 funcionários realizando operações antissubmarino, operações anfíbias e operações de minagem e de contramedidas de minagem.

Pela primeira vez, a dimensão espacial e cibernética, específica dos conflitos modernos, foi

totalmente integrada, permitindo que as forças aliadas incrementassem a consciência situacional marítima e ampliassem suas capacidades operativas. O Centro Espacial da OTAN foi integrado ao BALTOPS, uma vez que torna-se essencial para a dissuasão e defesa da Aliança, incluindo a capacidade de navegar, rastrear forças, coletar dados para a Inteligência e detectar lançamentos de mísseis.

O emprego pelos EUA de bombardeiros B-52H, capazes de carregar armamento nuclear, durante os exercícios BALTOPS 2021 gerou tensões e críticas por parte da Rússia, considerado como um ato de demonstração de força. Por sua vez, o Ministério da Defesa russo autorizou dois bombardeiros estratégicos Tu-160 "*Blackjack*" a realizarem um voo-treinamento no dia 15 de junho. Esta foi considerada a quarta violação do espaço aéreo da Estônia por aviões da Federação Russa em 2021.

Em um contexto de Cúpula da OTAN, o exercício anual BALTOPS enseja uma reafirmação da presença dos EUA e do engajamento da administração Biden na Europa, além de permitir que a OTAN e as Marinhas aliadas aumentem a sua interoperabilidade em uma diversidade de áreas, por meio de exercícios realistas na região báltica.

**Saara Ocidental: uma das últimas colônias africanas - Boletim 133***Isadora Novaes Bohrer*

A independência do Saara Ocidental dispõe de diversas barreiras contrárias à autodeterminação da população nativa *sahrawi* (árabes e negros do deserto). Por séculos, o país foi colônia da Espanha, que se retirou em 1975, entregando a administração ao Marrocos e à Mauritânia. Os *sahrawis* não reconheceram o trato pois não representava independência, mas a troca do administrador. De 1975 a 1991, a Frente Polisario (grupo que almeja a consolidação de um Estado nacional) e os marroquinos estiveram em guerra, com o conflito suspenso por um cessar-fogo em 1991, que durou até o final do ano passado. Até hoje, o Marrocos busca anexar definitivamente o território, mas quais os possíveis impactos dessa postura?

Uma das razões para esta busca é um importante ingrediente da produção mundial de fertilizantes: o fosfato. Essenciais para a agricultura, calcula-se que as reservas do território somadas às do Marrocos representam 70% do estoque mundial. Dessa forma, o país torna-se fundamental para grandes produtores e consumidores de fertilizantes, como China, Estados Unidos e Índia. Ainda que o território se encontre majoritariamente controlado pelo Marrocos, assim como a exploração de tais reservas, a situação é instável: a população vive dividida por

diversos muros de areia criados pelo Estado marroquino com o intuito de impedir o avanço da ocupação sahrawi. Assim, o reconhecimento oficial de sua anexação seria importante ao Marrocos para evitar tais conflitos sob uma base legal.

A reivindicação de independência ficou estagnada até outubro de 2020, quando os sahrawis bloquearam uma fronteira do território. Acredita-se que a ação procurava atrair a atenção internacional para o conflito. Porém, isto ocorreu em uma conjuntura internacional desfavorável aos sahrawis, em que o governo estadunidense buscava restabelecer relações diplomáticas de países árabes com Israel. Quando oferecida ao Marrocos, este argumentou que, para assinar o tratado, os estadunidenses deveriam reconhecer o Saara Ocidental como território marroquino, o que foi feito em dezembro de 2020.

Logo no início de janeiro de 2021, os Estados Unidos iniciaram o processo de abertura de um consulado em Dakhla. Ao realizar essas ações, os EUA ignoram todas as resoluções internacionais pela autodeterminação do povo sahrawi. Dessa forma, percebe-se que a problemática do conflito, suspenso há quase trinta anos, volta a estar mais próximo de um recomeço do que de uma resolução definitiva.

**Tensões Israel-Irã: situação político-estratégica - Boletim 138***Pedro Albit e Marina Corrêa*

Israel e Irã são países que buscam o desenvolvimento nuclear e poderiam cooperar neste setor, porém, possuem relações conturbadas baseadas na desconfiança e na competição, por vezes envolvendo demais atores extrarregionais. Israel tem obtido apoio ao estabelecer relações diplomáticas com países do mundo árabe devido ao sentimento mútuo anti-Irã. Sendo assim, cabe analisar em que medida os recentes acontecimentos podem aumentar as tensões geopolíticas entre os dois Estados.

O Irã é uma República Islâmica que possui desavenças com países do entorno, não somente pela religião, mas também, por questões geopolíticas devido às suas ações consideradas expansionistas, em especial no que se refere à capacidade nuclear. O país sofreu diversas sanções nas últimas décadas por parte dos EUA, essencialmente pelo projeto de enriquecimento de urânio. Israel, por sua vez, opõe-se à retomada do Acordo Nuclear entre EUA e Irã e, para isso, busca isolar o país islâmico — vale destacar que nem sempre Israel assume a responsabilidade das investidas contra o Irã.

O conflito Israel-Irã não é recente, porém a situação tem piorado desde março. Em 10 de abril, o governo iraniano anunciou que avançava no processo de enriquecimento de urânio no campo de Natanz ([Boletim 122](#)). No dia

seguinte, tal campo foi alvo de um blecaute. O blecaute teria afetado a rede elétrica do complexo, acarretando cerca de nove meses de atraso nos projetos. Para os iranianos, esse foi um “terrorismo nuclear” causado por Israel, visto que o incidente ocorreu após reunião deste com os EUA. Como resposta ao ataque, Hassan Rohani, presidente iraniano, afirmou que o país elevará a 60% o enriquecimento do urânio — mais próximo ao limite de 90%, que possibilitaria o uso militar. Além da situação nuclear, a proximidade entre os países é algo preocupante, haja visto os recentes lançamentos de mísseis e ataques a bases militares, sobretudo partindo de Israel em direção à Síria, aliada iraniana.

Deve-se levar em consideração que Tel-Aviv passou pela sua quarta eleição legislativa em dois anos, evidenciando a dificuldade de estabilizar a política interna. Desse modo, no momento em que o acordo nuclear iraniano é renegociado, diante das provocações e a propaganda contra o Irã como ameaça à segurança nacional israelense, pode ser esse o desejado capital eleitoral em nome da unidade e segurança do país. Tais acontecimentos ressaltam o risco de um eventual escalonamento para um confronto direto e declarado, onde ambos parecem estar dispostos ao conflito armado.

**Nord Stream 2: oportunidade ou ameaça à segurança energética europeia - Boletim 140**

José Gabriel Melo

A relação entre Rússia e União Europeia passa por um de seus momentos mais desafiadores no período pós-Guerra Fria, com disputas de interesses que se estendem do campo político ao econômico. Dentre os diversos elementos que tornam essa situação complexa está a interdependência relacionada ao fornecimento de gás russo que, por sua vez, está diretamente atrelado à segurança energética do bloco europeu. Apesar do caráter majoritariamente comercial, iniciativas que visam ampliar a relação entre ambos são, constantemente, alvos de críticas que partem da premissa que essa integração põe em risco a manutenção da soberania europeia. Quais as eventuais motivações do bloco europeu para tal postura?

Uma delas é o *Nord Stream 2*, um projeto com potencial para dobrar o escoamento de gás por meio do Mar Báltico. Ele é resultado de um consórcio entre a russa Gazprom e outras cinco empresas do setor energético para a construção de um gasoduto com 1.230 km e capacidade de 55 bilhões de metros cúbicos (bcm, sigla em inglês), conectando Ust-Luga, na Rússia, a Greifswald, na Alemanha. Iniciado em 2015, é motivo de controvérsias desde então, atreladas à potencial dependência em relação a Moscou em uma área de importância estratégica. Vale lembrar que a Rússia tem as maiores reservas de gás do mundo (47,8 trilhões de metros cúbicos). Já a produção

interna do mercado europeu está em declínio, enquanto sua demanda só aumenta (atualmente 450 bcm por ano, e com projeções estimadas de aumento de 120 bcm para 2035).

Um importante ator regional que faz forte oposição ao projeto é a Ucrânia, que, para além dos reflexos do conflito corrente com a Rússia ([Boletim 137](#)), vê o gasoduto como uma ameaça. Isso pois, uma vez em funcionamento, mitigará a importância de Kiev enquanto país de trânsito para 1/3 do gás que chega à Europa, prejudicando não apenas sua relevância no tabuleiro geopolítico, como também podendo gerar reflexos negativos na economia do país.

Além disso, no final de maio, os EUA impuseram sanções a 13 navios russos envolvidos na implementação dos dutos, mas eximiram o consórcio. Além do antagonismo geopolítico a Moscou, também há uma razão comercial para tal, pois almejam ampliar a inserção do Gás Natural Liquefeito estadunidense no mercado europeu.

Para a Rússia, é crucial se fazer presente no maior mercado consumidor desprovido de autonomia. Desse modo, uma vez identificados alguns dos interesses políticos e comerciais envolvendo o *Nord Stream 2*, salienta-se a importância ao país da ampliação de sua oferta de gás ao mercado europeu.

**O impasse geopolítico e os empecilhos para entrada da Ucrânia na OTAN - Boletim 149**

Pedro Mendes Martins e Pérsio Glória de Paula

Os eventos do Euromaidan, que culminaram na crise de 2014, indicavam uma clara tendência de integração da Ucrânia ao bloco ocidental. No entanto, apesar das reformas e concessões feitas por Kiev, a Ucrânia enfrenta uma série de obstáculos para atingir esse fim. Além disso, alguns países membros do bloco europeu e da OTAN preferem evitar um aumento das tensões com a Rússia. Nesse sentido, qual a plausibilidade geopolítica da entrada da Ucrânia na OTAN no curto e médio prazo?

Atualmente, os principais apoiadores da entrada da Ucrânia na OTAN são a Polônia e os países Bálticos. Por possuírem atritos relevantes com a Rússia, eles têm interesse geopolítico em mover as fronteiras da organização mais a leste. Todavia, isto não é unânime dentro da aliança militar. A resistência que a Ucrânia tem sofrido na sua adesão à OTAN e à União Europeia está ligada a motivos que incluem medidas domésticas tomadas pelo governo ucraniano desde a Euromaidan e à significativa influência russa na região e no sistema internacional.

Um dos principais oponentes à adesão ucraniana é a Hungria. Em uma entrevista à agência de notícias russa, TASS, o ministro das Relações Exteriores húngaro, Péter Szijjártó, argumentou que as novas leis restringindo o uso de línguas minoritárias na Ucrânia

são incompatíveis com os valores democráticos da Organização. Inicialmente voltada para impedir o ensino da língua russa, a medida também afetou a minoria húngara, a qual conta com uma comunidade de 160 mil pessoas no país. A Hungria também tem, recentemente, se aproximado da Rússia, tanto no âmbito diplomático quanto no econômico, sendo um dos primeiros países do bloco europeu a comprar e utilizar a vacina russa Sputnik V. Ademais, os próprios Estados Unidos desejam evitar uma escalada com a Rússia, uma vez que seu foco é lidar com a ascensão chinesa, o que acaba evidenciando um apoio limitado à Kiev, apesar da continuidade da retórica anti-russa.

Assim, percebe-se a falta de um consenso sobre a entrada da Ucrânia na OTAN. Geopoliticamente, Hungria e os Estados Unidos não veem como inteiramente benéfica a adesão da Ucrânia ao bloco, devido ao risco de aumentarem as tensões com Moscou, às questões de segurança energética e à crescente disputa global entre Pequim e Washington. Igualmente, as medidas domésticas tomadas por Kiev dificultam sua posição, já que servem de argumento para aqueles que apontam a incompatibilidade do país com os valores das instituições ocidentais.

## O que falta para a Marinha da China ser capaz de projetar poder globalmente? - Boletim 135

Rodrigo Abreu

Impulsionada pela maior indústria de construção naval do mundo, a Marinha do Exército de Libertação Popular (PLAN, sigla em inglês) vem comissionando uma média de 15 navios por ano desde 2013. No início de setembro de 2020, o Departamento de Defesa dos EUA emitiu um relatório reconhecendo que a PLAN havia superado a Marinha dos Estados Unidos (USN, em inglês) em número total de navios. Entretanto, quando se trata de tonelagem e capacidade de projeção de poder, a PLAN ainda se encontra muito atrás da USN. Assim, questiona-se a capacidade de projeção de poder sobre terra da Marinha da China vis-à-vis à Marinha dos EUA.

Embora a China tenha comissionado, recentemente, o segundo contratorpedeiro da classe Type 055, considerado um dos mais poderosos navios do mundo, a PLAN ainda possui uma disparidade qualitativa muito grande em relação à USN. A maior desproporção qualitativa está no programa de porta-aviões dos dois países. Enquanto a China possui 2 porta-aviões operacionais movidos a diesel e capazes de transportar cerca de 40 aeronaves, os Estados Unidos operam 11 porta-aviões com propulsão nuclear, possuindo maior autonomia e a capacidade de transportar até 90 aeronaves. Além disso, falta à China

uma logística naval mais robusta no exterior, uma vez que o país opera somente uma base naval no Djibouti, enquanto os EUA possuem uma rede de bases navais ao redor do mundo — inclusive no Leste Asiático.

A geografia também tem um papel importante na dificuldade da China em projetar poder. A costa do país é cercada de ilhas que podem ser utilizadas por potências inimigas para negar o acesso da China ao Oceano Pacífico. A própria estratégia marítima chinesa é pautada levando em conta as duas cadeias de ilhas e a China espera ser capaz de projetar poder fora delas até 2049.

Assim, embora Pequim seja capaz de exercer poder próximo a sua costa, no Mar do Sul da China, e de defender suas linhas de comunicação marítimas, os chineses precisarão contornar as dificuldades supracitadas para poder competir com a presença estadunidense em regiões estratégicas para o país, como o Pacífico Central e o Oceano Índico. Nesse sentido, a China pretende, até 2049, ser capaz de projetar poder globalmente. Assim, será necessário observar o andamento da indústria de construção naval chinesa, além de possíveis reações estadunidenses ao aumento do poder naval chinês.

## Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares - Boletim 145

João Pedro Grilo

O Reino Unido e o Japão possuem uma relação secular marcada por encontros e desencontros. Os britânicos foram um dos principais modelos para a Restauração Meiji, nome dado ao período de modernização japonês ocorrido na segunda metade do século XIX, que iniciou a ascensão do país no cenário internacional. Entretanto, os eventos que ocasionaram a Segunda Guerra Mundial afastaram ambos os países, que só vieram a estreitar seus laços na década de 1980, devido a boa relação entre os primeiros ministros Yasuhiro Nakasone e Margaret Thatcher. O presente artigo busca analisar a relação bilateral entre ambas as democracias no contexto pós-Brexit e da ascensão chinesa, ambos elementos centrais para a crescente aproximação entre britânicos e japoneses.

Recentemente, as notícias sobre a visita do porta-aviões britânico Queen Elizabeth e seu strike group ao arquipélago japonês em setembro e a decisão de alocar permanentemente dois navios, ainda a serem definidos, no Leste Asiático, evidenciam a crescente relevância da região para os interesses britânicos e o prestígio do Japão como seu aliado. Ambas as decisões resultam de uma convergência de percepções quanto à necessidade de garantir a liberdade de navegação na Ásia frente às

ações mais agressivas dos chineses. O desejo de garantir a liberdade e os demais preceitos liberais estão presentes em importantes conceitos da política externa de ambos os países, seja na ideia de *Free and Open Indo-Pacific* dos japoneses e o *Indo-Pacific Tilt* dos britânicos ([Boletim 138](#)).

Além do campo militar, essa proximidade também reverbera no âmbito econômico: o Japão assinou com o Reino Unido o Acordo Abrangente de Parceria Econômica, em outubro de 2020, sendo este o primeiro grande tratado econômico britânico pós-Brexit e um passo fundamental em direção à ideia de Global Britain. Paralelamente a este acordo, ambos os países têm cooperado intimamente no âmbito do 5G e na entrada britânica na Parceria Transpacífica. De forma geral, a relação entre Tóquio e Londres tem se estreitado nos últimos anos. Essa cooperação é favorável para o Japão, pois dá continuidade ao seu processo de diversificação de aliados ao mesmo tempo em que, teoricamente, coibiria as ações mais agressivas da China em direção às Ilhas Senkaku e Taiwan, que se encontram no centro da política de defesa japonesa.

## Nova zona militar indiana no Índico: base nas ilhas Agalega - Boletim 135

*Iasmin Gabriele Nascimento*

Em 2015, durante uma visita do primeiro-ministro indiano, Narendra Modi, às Ilhas Maurício, foi assinado um acordo para atualizar as ligações marítimas e aéreas com as Ilhas Agalega, permitindo, assim, que a Índia pudesse estabelecer posições estratégicas no Oceano Índico — o que já vinha sendo discutido há anos. Fotos de satélite recentes evidenciaram a construção de uma base naval e uma base aérea nas ilhas. A partir disso, interessa saber: quais os desdobramentos que essa presença militar indiana teria para a dinâmica da região?

As Ilhas Agalega, que são territórios de Maurício, são um conjunto de duas pequenas ilhas, que somam 70 km<sup>2</sup>, e estão localizadas a 1.700 km de Diego Garcia — o posto avançado estratégico indiano seria parecido, ao menos em tese, com a base que os EUA e o Reino Unido possuem no território em questão. De acordo com o think tank australiano *Lowy Institute*, imagens aéreas mostram uma pista de 3.000 m que pode receber a aeronave de patrulha marítima P-8I da Marinha indiana. O projeto indiano envolve a construção de instalações de logística e comunicação, mas tem sido mantido em segredo pela Índia e pelas Ilhas Maurício. A partir disso,

é possível inferir que a nova base indiana é essencial para o monitoramento da parte sudoeste do Oceano Índico.

As Ilhas Maurício, assim como outros países da região, tem sido palco da grande disputa geopolítica entre China e Índia no Oceano Índico. Para a Índia, então, manter relações diplomáticas com eles é crucial. S. Jaishankar, ministro das Relações Exteriores indiano, ressaltou em comunicado à imprensa como a segurança de Maurício é associada à segurança da Índia. De acordo com o portal de notícias econômicas *Money Control*, a Índia assinou o CECPA — *Comprehensive Economic Co-operation and Partnership Agreement* com as Ilhas Maurício, a fim de oferecer preferência de acesso comercial aos produtos insulares.

A estratégia marítima da Índia para o Oceano Índico faz parte do projeto nacional de controle e influência sobre essa região. As Ilhas Maurício fazem parte do entorno estratégico indiano e a instalação de bases no país, projeta poder e contribui para Nova Delhi alcançar seus objetivos geopolíticos. Cabe acompanhar qual será a reação de Pequim.

## Os próximos passos da política externa estadunidense no Afeganistão - Boletim 142

*Marina Corrêa*

Após Joseph Biden ter assumido a Casa Branca, reformulando as estratégias e ações estadunidenses internas e externas, finalmente uma data foi posta para a saída total das tropas dos Estados Unidos do Afeganistão ([Boletim 131](#)), bem como, a saída dos sete mil militares da OTAN que estão ativamente naquele país. Entretanto, sua saída significa que o vácuo político precisa ser preenchido e, com isso, cabe apontar quais direcionamentos da política externa dos Estados Unidos para o Afeganistão vêm sendo tomados.

Os discursos recorrentes feitos por Anthony Blinken, secretário de Estado dos EUA, reforçam o objetivo de Biden em diminuir significativamente a presença dos soldados estadunidenses, o que afetaria o auxílio atual à Força de Segurança Nacional afegã (ANSF, sigla em inglês). Contudo, os EUA já deixaram claro que não deixarão o país no plano político e econômico. Em uma busca para conter a aproximação chinesa e a rede de alianças regionais que o país tem feito (destaca-se Paquistão e Tadjiquistão), os Estados Unidos projetam seus interesses através do estabelecimento de alianças e de suportes financeiros diretos ao governo afegão.

Recentemente, durante reunião do *Quadrilateral Security Dialogue* (QUAD), para além das questões do Indo-Pacífico (foco da cooperação do grupo), o Afeganistão foi um dos mais importantes assuntos da pauta. Além dos países prezarem pela manutenção dos acordos e da estabilidade da região, um Afeganistão estável e aliado facilita o estabelecimento de relações com a Ásia Central. Com isso, é possível, em um segundo plano, conter a expansão chinesa na região.

Ademais da cooperação com o QUAD, os Estados Unidos estão formulando estratégias com a OTAN para que haja uma saída coordenada, mantendo um certo grau de estabilidade no país afegão.

Constata-se, portanto, que os Estados Unidos não querem suas tropas no Afeganistão e que sua saída representa sim um gap de poder e administração. Ainda assim, o país não quer que a China ocupe seu lugar, sendo necessário criar estratégias e parcerias que inviabilizem ou, ao menos, reduzam sua presença na região, o que expõe, mesmo que indiretamente, a contínua presença dos EUA no Afeganistão.

**O significado da renovação do *Visiting Forces Agreement* entre Filipinas e EUA - Boletim 145***Matheus Bruno Pereira*

No final de julho, foi renovado o *Visiting Forces Agreement* (VFA), acordo estratégico entre Filipinas e EUA, assinado em 1998. O acordo permite maior fluxo de pessoal militar estadunidense no país e facilita trocas de conhecimentos técnicos por meio de exercícios militares conjuntos. Mas afinal, quais os fatores que contribuíram para a renovação do VFA?

Em 2020, Manila anunciou a saída do acordo, colocando em questionamento a própria parceria de defesa mútua com Washington, assinada em 1951, fato negligenciado pelo então presidente norte-americano Donald Trump ([Boletim 111](#)). As Filipinas, contudo, são um país relevante para a estratégia estadunidense de contenção à China, de forma que a renovação do VFA foi bem recebida pelos EUA. O Secretário de Defesa, Lloyd Austin, afirmou que uma aliança EUA-Filipinas forte e resiliente continuará sendo vital para a segurança, estabilidade e prosperidade para a região do Indo-Pacífico.

Desde que assumiu a presidência das Filipinas, Duterte buscou maior aproximação com a China, mas o estreitamento de laços não significou menores ações no mar filipino por parte dos chineses, que hoje realizam

constantemente passagens com navios militares, Guarda Costeira e milícia marítima. É evidente que relações amigáveis com Pequim não irão sanar tal litígio. Uma das críticas à Duterte é a sua passividade diante de tais ameaças à soberania nacional. Nos últimos meses, o país vem tentando fortalecer sua postura, realizando sobrevoos com caças e ações marítimas.

A renovação do VFA significa, portanto, mais uma ferramenta para lidar com as ações chinesas, com a garantia da presença dos EUA na região. Além disso, ao voltar atrás e renovar a parceria, as Filipinas demonstram sua preocupação com os desafios impostos pelo avanço chinês, bem como apresentam postura menos inerte não só à Pequim, mas aos seus conterrâneos da ASEAN, os quais tentam criar um Código de Conduta. Para os EUA, a renovação garante um passo positivo em seu retorno à Ásia. Antony Blinken, Secretário de Estado estadunidense, afirmou em julho que os EUA estariam dispostos a vir em apoio à Manila em caso de ação belicosa pelos chineses no Mar do Sul da China. Isso acrescenta à imagem de Washington como garantidor da estabilidade local ([Boletim 134](#)), o que é fundamental para fortalecer novamente a sua imagem no Indo-Pacífico.

**O AUKUS e a estratégia australiana para o Indo-Pacífico - Boletim 148***Thayná Fernandes*

No dia 16 de setembro, uma nova aliança estratégica lançada por Austrália, Estados Unidos e Reino Unido (AUKUS, em inglês) estabeleceu uma cooperação em tecnologia de Defesa visando os próximos 18 meses. O principal ponto de partida é a construção de oito submarinos convencionais de propulsão nuclear pela Austrália a partir de tecnologias compartilhadas pelos britânicos e norte-americanos. Com isso, o contrato anterior de construção de submarinos australianos firmado com a empresa francesa Naval Group em 2016 foi cancelado. Este texto objetiva, portanto, questionar como essa mudança contribui para estratégia australiana no Indo-Pacífico.

O rompimento do contrato gerou grande insatisfação diplomática na França. No entanto, o contrato de construção de 12 submarinos convencionais que, inicialmente, custaria US\$ 35 bilhões, em março de 2021 chegou próximo aos US\$ 75 bilhões, com 17 meses de atraso ([Boletim 135](#)). Nesse sentido, o governo de Scott Morrison já especulava novas parcerias, de modo que Estados Unidos e Reino Unido emergiram como aliados mais confiáveis.

Para os norte-americanos, demonstrar influência numa região de disputa com a China é fundamental para estabelecer uma postura assertiva aos avanços de Pequim. Aos britânicos, é uma oportunidade de se firmarem como potência global, dentro da perspectiva político-estratégica de um Global Britain ([Boletim 146](#)). À Austrália, o AUKUS contribui em três aspectos:

maior soberania em seu posicionamento político, aprofundamento das relações com importantes parceiros estratégicos e aceleração da independência em capacidade de dissuasão militar.

Com parceiros importantes, Camberra consegue ter postura mais ativa em seus imbróglis com Pequim, que vem aplicando constantes sanções econômicas desde o início da pandemia da COVID-19, rompendo ou, ao menos, mitigando a imagem submissa. Estar em um acordo de compartilhamento de tecnologia nuclear junto aos Estados Unidos e Reino Unido aprofunda as relações com esses que, desde 1958, possuem um acordo para partilhar tecnologias deste tipo apenas entre si. Ainda, um plano de desenvolvimento de capacidade submarina nuclear é algo extremamente relevante, considerando que a construção de ilhas no Mar do Sul da China e o aumento da circulação de embarcações chinesas no Indo-Pacífico representam ameaças que, atualmente, a Austrália não pode conter sozinha.

Pequim não viu a parceria com bons olhos, alegando que aumentaria a “corrida armamentista” na região. No entanto, embora seja um importante passo para Camberra, o AUKUS, por enquanto, é um acordo trilateral de desenvolvimento de tecnologia em Defesa, sem contornos de ser uma “OTAN na Ásia”. De todo modo, a Austrália caminha para robustecer sua capacidade militar e sua relevância estratégica como contraponto chinês no Indo-Pacífico.

## O quebra-gelo *USCGC Healy* e a investida dos EUA no Ártico - Boletim 146

Raphaella Costa

O investimento em embarcações com capacidade polar é fundamental para a soberania nacional em se tratando do ambiente ártico. O quebra-gelo *USCGC Healy* da Guarda Costeira dos Estados Unidos partiu em 10 de julho de 2021 para a missão de circum-navegação da América do Norte por meio da Passagem Noroeste e do Canal do Panamá. Assim, de que forma o investimento em novas tecnologias polares compõe a estratégia estadunidense para o Ártico?

A travessia do Oceano Ártico pelo quebra-gelo *USCGC Healy*, baseado em Seattle, ocorrerá após o incêndio de 2020 que danificou a embarcação. Recuperado, o quebra-gelo promete alcançar o Ártico em setembro deste ano utilizando a Passagem Noroeste, na costa canadense, com o objetivo de conduzir missões científicas e de pesquisa nas altas latitudes, bem como participar de exercícios militares e intercâmbios profissionais com as marinhas estrangeiras. A missão promoverá, portanto, os interesses dos EUA ao longo de sua fronteira marítima com a Rússia, notadamente firmando sua soberania frente a este outro gigante ártico.

A investida estadunidense em tecnologias de quebra-gelo para o Ártico está de acordo com a estratégia *Arctic Blueprint 2021*, lançada pela Marinha dos Estados Unidos em janeiro de 2021. O documento estabelece as

diretrizes de atuação dos estadunidenses na região a partir de um cenário de progressivas mudanças ambientais, acompanhadas por novas estratégias geopolíticas. Este destaca, ainda, a necessidade de cooperação com outras nações a fim de alcançar êxito mútuo de exploração científica para aumentar a compreensão sobre os impactos das mudanças climáticas, ao mesmo tempo em que ressalta a imprescindibilidade do investimento em novas embarcações com capacidade polar. O quebra-gelo *USCGC Healy*, encomendado em 1999, é uma das duas únicas embarcações deste tipo ativas na frota da Guarda Costeira, junto com o *USCGC Polar Star*, um navio quebra-gelo de grande porte comissionado em 1976.

Desta forma, os estadunidenses devem buscar garantir uma força naval suficientemente robusta, capaz de se contrapor aos mais de quarenta navios quebra-gelos que compõem a frota da vizinha Rússia. Ainda que o país se encontre muito atrás de outras nações em termos de aparatos tecnológicos para o Ártico, o retorno do *USCGC Healy* à composição das forças polares dos EUA faz parte de uma projeção para a recapitalização dos quebra-gelo a fim de garantir acesso contínuo às águas árticas, de forma a proteger os interesses econômicos, comerciais, ambientais e de segurança nacional dos estadunidenses.

## Investimentos russos na Antártica: reconstrução da estação Vostok como manutenção de *status quo* - Boletim 151

Gabriela Paulucci e Gabriele Hernandez

Mesmo sendo um dos Estados mais presentes no continente antártico, a Rússia vem subfinanciando seu investimento no sexto continente há décadas, fornecendo espaço competitivo para outras potências polares. É nesse sentido que a restauração de suas instalações antárticas ilustra a retomada de sua capacidade de projeção de poder e influência na região. A fim de modernizar sua presença no território, o país anunciou a reconstrução de toda a Estação Vostok, uma das estações mais insulares da Antártica e a principal da Rússia. Seria a retomada de investimentos na estratégia antártica russa capaz de manter o seu *status quo* no sexto continente?

Construída em dezembro de 1957, atualmente a Estação Vostok está com quase 90% da infraestrutura desgastada. O investimento e a modernização das estações antárticas russas fazem parte da nova estratégia de desenvolvimento das atividades polares do país. Parte do valor investido veio da doação do bilionário russo Leonid Mikhelson, presidente da companhia russa de gás Novatek. Não é coincidência que uma parcela considerável do financiamento tenha sido feita por um empresário do ramo energético, uma vez que, em fevereiro de 2021, o país mensurou o potencial de prospecção de petróleo e gás natural em uma das regiões

do mar austral ([Boletim 116](#)), ainda que a exploração de recursos minerais tenha sido proibida pelo Protocolo de Madri.

A presença russa na Antártica sempre foi forte e sua experiência e capacidade operacionais, atreladas ao seu pioneirismo no continente, ilustram a importância e o potencial estratégico do país. Enquanto União Soviética, o Estado foi um dos doze membros iniciais a assinarem o Tratado da Antártica em 1959. O medo de que a URSS reclamasse o continente todo para si, contribuiu para pressionar os demais interessados a assinarem o documento. Embora nunca tenha reivindicado nenhuma porção territorial, os soviéticos se davam o direito de fazê-lo quando o vissem necessário, posição que o país mantém.

O jogo russo na Antártica é lento, pois o país concentra seus esforços no Ártico, mas o conhecimento de exploração mineral em regiões polares pode ser usado na Antártica futuramente. Enquanto o Protocolo de Madri vigorar, e os demais países evitarem conflitos na região, não há motivo para urgência no rearranjo logístico e político no continente. Reconstruir sua estação mais ao centro do continente significa reforçar e garantir a manutenção de seus interesses na Antártica, sabendo que tem o tempo a seu favor.



**Cabos submarinos no epicentro das disputas hegemônicas - Boletim 137**

Victor Gaspar Filho

Cabos submarinos são infraestruturas críticas de importância estratégica significativa. Atualmente, há mais de 450 deles em funcionamento, suportando cerca de 98% do tráfego global de dados. Os EUA abrigam 10 dos 13 servidores raízes por onde transitam 80% do montante de dados mundiais. Recentemente, a China se tornou proprietária e fornecedora de 11,4% dos cabos submarinos globais, com projeção de crescimento de 20% entre 2025 e 2030. Como novos projetos de cabeamento submarino refletem as disputas geopolíticas atuais?

Com a expansão da Rota da Seda Digital, Pequim espera alavancar a conectividade no exterior e criar uma infraestrutura digital centralizada no país. Empresas chinesas estão concluindo a instalação do cabo PEACE, com extensão de 15.000 km contornando a África e chegando à França. A Huawei é a terceira maior acionista da HMN, fabricante, instaladora e administradora do cabo. Isto ocorre em meio à busca da Europa por autonomia estratégica entre a China e os Estados Unidos, com a principal acionista da HMN, *Hengtong Optic-Electric*, sendo investigada por *dumping* pela Comissão Europeia.

Simultaneamente, o Facebook e a Alphabet estão construindo o *Pacific Light Cable Network*, que ligará os Estados Unidos ao Leste Asiático. Abandonou-se o projeto original que conectaria o cabo a Hong Kong

devido a preocupações do governo estadunidense acerca da comunicação direta com o território sob influência chinesa. Dois outros cabos do Facebook, Echo e Bifrost, devem aumentar a capacidade transpacífica em 70% após sua instalação, seguindo uma nova rota cruzando o Mar de Java.

Outro projeto corrente é o *2Africa*, que será implementado por um consórcio de nove empresas internacionais ([Boletim 130](#)). O cabo de 37.000 km conectará 23 países da África, Oriente Médio, Europa e Ásia, com previsão para 2024. A demanda africana por internet é ascendente, com um crescimento da largura de banda internacional em 45% ao ano entre 2015 e 2019. O *2Africa* possui capacidade superior à total combinada dos cabos que hoje atendem ao continente.

A segmentação do sistema de cabos submarinos ocorre não somente pela disputa por consumidores. Essa infraestrutura administrada por empresas particulares é utilizada para transações financeiras, comunicação militar e uma gama de informações críticas. Estados-nacionais estão tomando medidas para que a segurança desses cabos e informações seja preservada diante de sabotagens e interceptações. A adoção de uma rede diversificada com ingerência governamental para a implementação de rotas alternativas se apresenta como uma forma de prevenção para as questões de segurança mencionadas.

**Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021 - Boletim 138**

Guilherme Novaes

Estudos apontam que o futuro da humanidade está ameaçado pela mudança climática, sendo necessárias ações globais integradas para conter seu avanço. Nesse sentido, a Cúpula do Clima, ocorrida em 22 e 23 de abril de 2021, levantou otimismo com anúncios ambiciosos de intensificação na redução de emissões de carbono por diversos países e serviu, também, como forma de os Estados Unidos (EUA), sob liderança de Joe Biden, demonstrarem seu empenho em assumir uma posição influente no tema. Quais os desdobramentos dessa “política verde” para a geopolítica global?

Os próximos anos serão ambientalmente definitivos para o planeta. O Acordo de Paris, firmado em 2015 entre 195 países, prevê a contenção do aquecimento da Terra em, no máximo, 1,5°C em relação aos níveis pré-industriais. Cientistas estimam que já houve um aquecimento próximo de 1,1°C, portanto, um esforço conjunto é necessário para atingir essa meta, que já parece improvável de ser atingida. Esse contexto impulsiona o tema da transição energética para o centro dos debates sobre investimentos e políticas públicas. A agenda é prioritária na União Europeia há mais de uma década e, agora, está entre as prioridades na pauta de investimentos públicos dos EUA, envolvendo boa parte das ações do pacote de US\$ 2,3 trilhões anunciado por Biden, no fim de março.

O cenário, além de urgente para garantir a sobrevivência das gerações futuras, apresenta oportunidades em termos econômicos e geopolíticos. A China percebeu isso e tem investido vigorosamente no setor, liderando os investimentos em energias renováveis e buscando se inserir nos mercados emergentes com tecnologias alinhadas para tal. A transição obrigará a diversificação das exportações das economias dependentes da venda de combustíveis fósseis e é estratégica para a obtenção de segurança energética, como no caso da União Europeia, que almeja reduzir sua dependência do gás natural russo e de seus gasodutos espalhados pelo seu território.

A mudança climática traz riscos como de acidificação e elevação do nível dos oceanos, desertificação e novas pandemias. Desenha-se no momento uma nova disputa de liderança em relação à produção de tecnologias sustentáveis e do controle da narrativa de um futuro mais “verde”. Essa competição pode ser positiva no sentido de acelerar a transição para uma economia de baixo carbono e, na Cúpula do Clima, foi possível observar algum comprometimento da maioria dos Estados. A Conferência da ONU sobre as Mudanças Climáticas, a COP26, a ser realizada na Escócia em novembro de 2021, revelará se tais declarações terão respaldo em possíveis acordos firmando os compromissos apresentados.

## NAPAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura – Boletim 150

Matheus Mendes

A Marinha do Brasil definiu o projeto vencedor para a construção do novo Navio de Apoio Antártico brasileiro (NAPAnt). Trata-se do Estaleiro Jurong Aracruz, adquirido em 2014 pela empresa Sembcorp, de Singapura. O anúncio foi feito através do Comandante da Marinha em evento a bordo do NAM Atlântico. Com essa definição, o país alavanca mais um projeto de construção naval, além do PROSUB (Submarinos) e o das Fragatas da Classe Tamandaré (FCT) em curso.

De início, a proposta vencedora indica as missões a serem desempenhadas pela nova embarcação. A Sembcorp baseou sua oferta no navio *RV Investigator*, comissionado em 2014 na Austrália. De acordo com o CSIRO — órgão australiano voltado à pesquisa científica —, o navio executa operações de pesquisa marinha em águas geladas, com capacidade de realizar pesquisas oceanográficas, biológicas e geocientíficas em profundidade. No que se refere ao conteúdo local — materiais produzidos e serviços prestados por empresas brasileiras —, espera-se que haja um percentual variando em torno de 45%. Nesse sentido, o projeto é comparável ao Programa FCT que está previsto para cerca de 40% de conteúdo local. Adicionalmente, vale ressaltar que o Brasil abre uma nova frente de construção naval, agora em Aracruz (ES). As demais são em Itaguaí, RJ

(PROSUB) e Itajaí, SC (Tamandaré).

Nota-se que o Programa escolhido pelo Brasil rompe com um padrão de seleção de empresas europeias para capitanear esse tipo de empreendimento, abrindo portas para novos mercados investirem no setor de Defesa nacional. Também vale destacar que esse novo navio não tem capacidade de “quebrar gelo” e sim de navegar em águas geladas, o que vai de encontro do objetivo de substituição direta do atual *Ary Rongel*, prevista para 2025. Outro ponto que chama a atenção é o êxito brasileiro de trazer projetos de construção naval para o país preocupando-se em adicionar peças nacionais e investindo em estaleiros após a diminuição de atividade do setor nos últimos anos.

De fato, ainda é cedo para tirar conclusões sobre o Programa, uma vez que o orçamento ainda não foi definido e mais detalhes do projeto devem ser apresentados. No que diz respeito ao entorno estratégico, o Brasil mantém sua postura de interesse em relação à Antártica, mas sem aumentar sua presença nesse continente, uma vez que fará uma substituição direta dos meios navais. No entanto, o país investe em capacidade instalada e qualificação de pessoal nacional, o que pode ser um interessante ativo, caso seja bem aproveitado no futuro.

Clique nas caixas para acessar os links referentes:

## EVENTOS EM JANEIRO DE 2022

<b>01</b>	<b>01</b>	<b>15-16</b>	<b>17-21</b>	<b>24-26</b>
				
<b>UNIÃO EUROPEIA</b> INÍCIO DA PRESIDÊNCIA DA FRANÇA NO CONSELHO EUROPEU	<b>SAHEL</b> INÍCIO DA RETIRADA FRANCESA DA OPERAÇÃO BARKHANE	<b>EAU</b> FÓRUM GLOBAL DE ENERGIA DO CONSELHO ATLÂNTICO	<b>SUIÇA</b> FÓRUM ECONÔMICO DE DAVOS	<b>BÉLGICA</b> FÓRUM HUMANITÁRIO EUROPEU

## BOLETINS ESPECIAIS 2021

<b>JANEIRO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>MARÇO</b>	<b>MAIO</b>	<b>MAIO</b>
				
<b>ANÁLISE DE ESTUDO</b>	<b>GOLFO PÉRSICO</b>	<b>GUIANA</b>	<b>INTEGRATED REVIEW</b>	<b>CÚPULA DO CLIMA</b>
<b>JUNHO</b>	<b>JULHO</b>	<b>AGOSTO</b>	<b>OUTUBRO</b>	<b>NOVEMBRO</b>
				
<b>GOLFO DA GUINÉ</b>	<b>G7 CORNWALL</b>	<b>PROCAD</b>	<b>ZOPACAS</b>	<b>76ª AGNU</b>

- **A responsabilidade marítima chilena**

GARCÍA, Nicolás. [Chile implementará radares y drones para mejorar el controle en el área marítima](#). **Infodefensa**, Valparaíso, 01 mar. 2021. Acesso em: 04 mar. 2021.

PAVEZ ROSALES, Lucas. [La responsabilidad oceánica de Chile: ideas para una política exterior marítima vinculada al desarrollo sostenible](#). **Revista Relaciones Internacionales**, La Plata, 22 dez. 2020. Acesso em: 05 mar. 2021.

- **Crise hídrica no Paraguai**

[Bajante persiste: río Paraguay bate otro récord por tercer día consecutivo - Nacionales](#). **ABC Color**, Asunción, 25 set. 2021. Acesso em: 02 out. 2021.

ASERVÍN, P. [El río Paraguay registra una bajante histórica en el puerto de Asunción y está en riesgo la navegación](#). **Clarín**, Buenos Aires, 23 set. 2021. Acesso em: 02 out. 2021.

- **O projeto de otimização da infraestrutura dos estaleiros públicos dos EUA**

NAVSEA. [Building the Shipyards the Nation Needs](#). **Naval Sea Systems Command**, Washington, [s.d]. Acesso em: 01 abr. 2021.

TADJDEH, Yasmin. [Navy Optimizing Shipyards With Digital Twin Technology](#). **National Defense**, Arlington, 01 mar. 2021. Acesso em: 01 abr. 2021.

- **A disputa entre Estados Unidos e China pela América Central e o Caribe**

BELLO, L. [Centroamérica na disputa geopolítica entre a China e os Estados Unidos](#). **Brazilian Journal of Latin American Studies**, São Paulo, 22 out. 2020. Acesso em 21 jan. 2021.

SEMPLE, Kirk. [China Extends Reach in the Caribbean, Unsettling the U.S.](#). **The New York Times**, Nova Iorque, 08 nov. 2020. Acesso em 21 jan. 2021.

- **Deep Blue Project: esforço marítimo da Nigéria para a segurança do Golfo da Guiné**

[NIMASA takes delivery of last Deep Blue Project assets](#). **The Guardian** Nigeria, Lagos, 13 maio 2021. Acesso em: 02 jun. 2021.

OKAFOR-YARWOOD, I.; BHAGWANDAS, S. [How illegal fishing harms Nigeria and what to do about it](#). **The Conversation**, 01 jun. 2021. Acesso em: 03 jun. 2021.

- **A africanização do conflito de Cabo Delgado**

ISAAC, M. [SADC upset by Rwanda's military aid to appease Mozambique's Cabo Delgado province](#). **Deutsche Welle**, Bonn, 13 jul 2021. Acesso em: 07 ago. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. [Troop and Police Contributors](#). Acesso em: 07 ago. 2021.

- **O Mediterrâneo Oriental e o papel da Itália como distribuidora de gás natural na Europa**

MICALLEF, J. [The Geopolitics of Mediterranean Natural Gas](#). **Military.com**, São Francisco, 16 abr. 2021. Acesso em: 30 abr. 2021.

[Greek-Italian venture signs agreement with Israel on Eastmed gas pipeline scheme](#). **Reuters**, Atenas, 09 mar. 2021. Acesso em: 30 abr. 2021.

- **BALTOPS 2021: 50 anos do maior exercício da OTAN realizado no Mar Báltico**

MANARANCHE, M. [NATO 50th BALTOPS Exercise Concludes](#). **Naval News**, Paris, 18 jun. 2021. Acesso em: 18 jun. 2021.

LAGNEAU, L. [L'Estonie et la Lituanie dénoncent la violation de leur espace aérien par des avions militaires russes](#). **OPEX 360**, Saint-Priest-sous-Aix, 17 jun. 2021. Acesso em 06 mar. 2021

- **Tensões Israel-Irã: situação político-estratégicas**

VHORA, A. [Israel is the arabs world's new soft power](#). **Foreign Policy**, Washington, 08 mar. 2021. Acesso em: 15 abr. 2021.

[Israeli forces carried out strike on Iran spy ship in Red Sea, NY Times reports](#). **The Times of Israel**, Jerusalem, 7 abr. 2021. Acesso em: 15 abr. 2021.

- **Saara Ocidental: uma das últimas colônias africanas**

WESTERN Sahara. [What's at stake for Joe Biden?](#). **Al Jazeera**, Doha, 11 jan. 2021. Explainer. Acesso em: 18 fev. 2021.

KHASHAN, Hilal. [Western Sahara: A Forgotten Conflict](#). **Geopolitical Futures**, Austin, 22 jan. 2021. Acesso em: 3 fev. 2021.

- **Nord Stream 2: oportunidade ou ameaça à segurança energética europeia**

[US imposes sanctions on Russian companies and ships related to Nord Stream 2](#). **Tass**, Washington, 21 maio 2021. Acesso em: 21 maio 2021.

CZARNECKI, R. [Is Nord Stream 2 a threat to Europe's security?](#). **Daily Sabah**, Istanbul, 11 maio 2021. Acesso em: 21 maio 2021.

- **O impasse geopolítico e os empecilhos para entrada da Ucrânia na OTAN**

TICKLE, J. [Ukraine won't join NATO until it achieves 'democratic standards' & respects rights of minorities, says Hungarian foreign minister](#). **RT**, Londres, 24 set. 2021. Acesso em: 24 set. 2021.

[Ukraine doesn't meet criteria to join NATO - Hungarian minister](#). **TASS**, Moscou, 24 set. 2021. Acesso em: 24 set. 2021.

- **O que falta para a Marinha da China ser capaz de projetar poder globalmente?**

XUANZUN, Liu. [China's 2nd Type 055 large destroyer enters naval service](#). **Global Times**, Pequim, 07 mar. 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.

LONDON, Brad. [China has built the world's largest navy. Now what's Beijing going to do with it?](#) **CNN**, Hong Kong, 06 mar. 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.

- **Japão e Reino Unido: estreitando laços econômicos e militares**

[Britain to permanently deploy two warships in Asian waters](#). **The Asahi Shimbun**, Osaka, 20 jul. 2021. Acesso em: 02 ago. 2021.

GRAY, N. [A New Era for UK- Japan Relations](#). **Reuters**, Arlington, 09 mar. 2021. Acesso em: 01 ago. 2021.

- **Nova zona militar indiana no Índico: base nas ilhas Agalega**

BASHFIELD, Samuel. [Agalega: A glimpse of India's remote island military base](#). **The Lowy Institute**, Sydney, 02 mar. 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.

GURJAR, Sankalp. [How India is stepping up its outreach in the Indian Ocean](#). **Money Control**, Bombaim, 02 mar. 2021. Acesso em: 19 mar. 2021.

- **Os próximos passos da política externa estadunidense no Afeganistão**

HUGHES, M. [Frustration Grows Within NATO Over US Handling of Afghan Exit](#). **Afghan Online Press**, [s.l.], 14 jun. 2021. Acesso em: 26 jun. 2021.

COGAN, M.; MISHRA, V. [Does Afghanistan Present a New Opportunity for the Quad?](#). **Geopolitical Monitor**, Ontario, 17 jun. 2021. Acesso em: 26 jun. 2021.

- **O significado da renovação do Visiting Forces Agreement entre Filipinas e EUA**

GARAMONE, J. [Philippine President Restores Visiting Forces Agreement With U.S.](#) **U.S Department of Defense**, Washington, 30 jul. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.

ZHENG, S.; ZHANG, R. [South China Sea: Calls to honour Hague ruling 5 years on, but Beijing digs in](#). **South China Morning Post**, Hong Kong, 25 jul. 2021. Acesso em: 06 ago. 2021.

- **O AUKUS e a estratégia australiana para o Indo-Pacífico**

[Australia Intends To Acquire At Least Eight Locally-Built SSNs As Part Of AUKUS Initiative](#). **Naval News**, Paris, 16 set. 2021. Acesso em: 17 set. 2021.

SHOEBRIDGE, M. [AUKUS nuclear submarine deal shows the world has changed](#). **The Strategist**, Barton, Acesso em: 16 set. 2021.

- **O quebra-gelo USCGC Healy e a investida dos EUA no Ártico**

[Seattle-based icebreaker will make Northwest Passage transit in new Arctic mission](#). **The Seattle Times**, Seattle, 27 jul. 2021. Acesso em: 13 ago. 2021.

[Icebreaker Departs for Arctic Deployment, Circumnavigation of North America](#). **Seapower Magazine**, 19 jul. 2021. Acesso em: 13 ago. 2021.

- **Investimentos russos na Antártica: reconstrução da Estação Vostok como manutenção de *status quo***

[Trouble at the Vostok Station After investing millions in a brand-new polar research complex, Russia faces problems getting it to Antarctica](#). **Meduza**, Riga, 22 dez. 2020. Acesso em: 16 out. 2021.

[Russia to Spend Billion Rubles to Transport Vostok Station to Antarctic](#). **Seanews**, São Petersburgo, 01 set. 2021. Acesso em 16 out. 2021.

- **Cabos submarinos no epicentro das disputas hegemônicas**

FOUQUET, H. [China's 7,500-Mile Undersea Cable to Europe Fuels Internet Feud](#). **Bloomberg**, Nova Iorque, 5 mar. 2021. Acesso em: 13 abr. 2021.

FREYMANN, E; ARDISSINO, E. [China and Europe Are Breaking Over Human Rights](#). **Foreign Policy**, Washington, 29 mar. 2021. Acesso em: 13 abr. 2021.

- **Mudanças climáticas e a reorganização internacional: Cúpula dos Líderes sobre o Clima 2021**

[The Leader's Summit on Climate 2021: A Summary](#). **EARTH.ORG**, Hong Kong, 26 abr. 2021. Acesso em: 28 abr. 2021.

TIMMERMANS, F.; BORRELL, J. [The Geopolitics of Climate Change](#). **Project Syndicate**, Praga, 26 abr. 2021. Acesso em: 29 abr. 2021

- **NAPAnt: Brasil seleciona projeto de Singapura – Boletim 150**

CAIAFA, R. [Brasil elige la propuesta de Sembcorp Marine para su nuevo buque antártico](#). **Infodefensa**, Madri, 06 out. 2021. Acesso em: 12 out. 2021.

PADILHA, L. [Futuro NAPAnt da Marinha terá como base o NAPIP do estaleiro Jurong Aracruz/SEMBCORP](#). **Defesa Aérea & Naval**, [s.l.], 06 out. 2021. Acesso em: 12 out. 2021.

Os mapas iniciais (pág 04 e 05) do Boletim foram produzidos pelo MapChart e segue as diretrizes da Creative Commons.



27 de outubro de 2021 - O Coordenador, Analistas, Estagiários e Pesquisadores do NAC numa foto oficial com o ex-Diretor da EGN, Contra-Almirante Sílvio Luís, e demais responsáveis pelo ensino na instituição.

## CONTATOS



### Núcleo de Avaliação da Conjuntura (NAC)

Avaliando a conjuntura internacional sob o olhar da Geopolítica e da Oceanopolítica  
Defesa e espaço · Rio de Janeiro, Rio de Janeiro · 62 seguidores

- [Acesse a página do NAC no LinkedIn](#)
- [Acesse as edições passadas no site da Escola de Guerra Naval](#)
- [Google Drive do Boletim Geocorrente](#)
- [Assine o Boletim gratuitamente](#)
- Email do NAC - [geocorrentenac@gmail.com](mailto:geocorrentenac@gmail.com)